DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2018
De 12 de março de 2018.

Dispõe sobre o afastamento preventivo do **Senhor JURACI ESTEVAM DE SOUSA**, do exercício do cargo de Prefeito Municipal de Alenquer, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER, ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IX, do art. 20; incisos I, IV e V, do art. 38; incisos VII e XI, do art. 7; do art. 71-A, § 1º (Dispositivo acrescido pela Emenda nº 01/2015, promulgada no dia 29/06/2015 e publicada no Diário Oficial do Estado no dia 12/11/2015) todos da Lei Orgânica do Município; mais os fundamentos do art. 86 da Constituição Federal, acrescido do inciso VII, do art. 5º do Decreto-Lei nº 201/67, faz saber que o Plenário aprovou e fca promulgado o presente Decreto Legislativo, e:

CONSIDERANDO, que o soberano plenário desta Casa em sessão realizada no dia 12 de março de 2018, acatou por quórum qualif cado de mais de 2/3 dos seus membros, denúncia apresentada pelo cidadão ALBERTO DE SOUSA MELO, no dia 09/03/2018, em desfavor do Prefeito Municipal, por práticas de infração político-administrativa;

CONSIDERANDO, que o § 1º, do art. 71-A está em perfeita harmonia com o comando constitucional do art. 86, § 1º, pelo princípio da simetria com o centro;

CONSIDERANDO, que o inciso IX, do art. 20 da Lei Orgânica do Município de Alenquer, confere à Câmara Municipal poderes específicos para processar e julgar o Prefeito Municipal por prática de ato de infração político-administrativa;

DECRETA:

Art. 1º - Fica afastado, sem prejuízo de sua remuneração, do exercício do cargo de Prefeito Municipal de Alenquer, Estado do Pará, o senhor JURACI ESTEVAM DE SOUSA.

Art. 2º - O período de afastamento será de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado no interesse do processo de apuração por parte da comissão Processante, até o limite de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 3º - O prazo referido no artigo anterior será contado a partir da data em que se efetivar a notificação do acusado por parte da Comissão Processante.

Art. 4º - Se nesse período, o julgamento do processo pelo plenário, concluir pela improcedência da denúncia, cessará os efeitos do afastamento.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário, Carino de Senna Simões.

Câmara Municipal de Alenquer, 12 de março de 2018.

LUIS ALBERTO CHAVES FREIRE

Presidente da Câmara Municipal de Alenquer (PA)

Protocolo: 289096

A empresa ENERGISA PARÁ - TRANSMISSORA DE ENERGIA I S/A

Inscrita sob o CNPJ nº 28.092.478/0001-08, torna público que requereu da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), através do processo nº 7408/2018, a Autorização para Supressão Vegetal para o empreendimento denominado Linha de Transmissão (LT) 230 kV SE Xinguara II - SE Santana do Araguaia C1 e C2.

Protocolo: 289074

A empresa SBA TORRES BRASIL LTDA

Localizada na Av. das Nações Unidas, 12.399 - Brooklin Paulista, na capital São Paulo, pessoa jurídica com CNPJ nº 16.587.135/0001-35, torna público que RECEBEU da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a LICENÇA PRÉVIA para a Estação Rádio Base - site PAVML, situada na Avenida João Ferreira da Rocha, s/nº, bairro Indústria Ibituruna - Redenção/PA. Foi determinado estudo de impacto ambiental.

Protocolo: 289078

Fluminense Transportador, Revendedor, Retalhista Ltda

CNPJ nº 04.874.416/0001-90, situado à Estrada do Icuí Guajará, s/n, Icuí, Ananindeua/PA, informa que recebeu da SEMAS/PA, L.O nº 11015/2018 para a atividade de Transporte de Substâncias e Produtos Perigosos.

Protocolo: 289082

VALDIR SECCO

Portador do CPF 213.785.250-00, estabelecido no lote 64-A, da Antiga Concessão de Belterra, Município de Mojuí dos Campos/PA, vem tornar público que recebeu e assinou junto a SEMAS/PA, o TAC-Termo de Ajustamento de Conduta Nº 20/2015, averbado na matrícula nº 18.662, do cartório de Registro de Imóvel da comarca de Santarém/PA.

Protocolo: 289086

Pagrisa - Pará Pastoril e Agrícola S.A.
CNPJ Nº 05.459.177/0001-74 - NIRE 15300008727
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de Setembro de 2017

Data, local e horário: 20/09/2017, às 8:00 horas na sede da Companhia, com sede na Cidade de Ulianópolis/PA, no Km 1565 da Rodovia BR 10, Bairro Interior, CEP 68.632-000. Convocação: Nos termos do Artigo 124, a convocação foi publicada no DOEPA e no Jornal da Amazônia, nos dias nos dias 11, 12 e 13/09/2017. Quórum: Presença dos acionistas representando 100% das ações com direito a voto, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, à f. 36-v. Mesa: Presidente, Sr. Murilo Villela Zancaner (Presidente do Conselho de Administração) e Secretário, Sr. Marcos Villela Zancaner. Ordem do Dia: 1) Análise, ajuste e alteração do Estatuto Social da Companhia; 2) Eleição do Conselho de Administração; 3) Consolidação do Estatuto Social; e 4) Autorização para os Administradores da Companhia adotarem as medidas necessárias à implementação das deliberações tomadas na Assembleia. Deliberações: As matérias constantes da Ordem do Dia foram colocadas em discussão e votação, tendo sido tomadas, por unanimidade de votos dos acionistas, as seguintes deliberações: 1) Aprovaram a reformulação do Estatuto Social da Companhia, com a alteração do conteúdo de determinados artigos, ajustes, sem alteração de conteúdo, e renuneração de artigos, conforme esclarecido em cada um dos itens a seguir. (i) A redação do artigo 1º do Estatuto Social foi ajustada, sem alteração de conteúdo, e passa a vigorar da seguinte forma: "Capítulo I - Da Denominação Social, Sede, Objeto Social e Duração: Artigo 1º A sociedade anônima de capital fechado é regida por este Estatuto Social e pelas disposições da Lei nº 6.404/76, alterações posteriores e, nos casos omissos, pela legislação aplicável, denominando-se Pagrisa - Pará Pastoril e Agrícola S.A. (ii) O artigo 2º do Estatuto Social foi alterado, para versar sobre a sede da companhia e vigorará com a seguinte redação: Artigo 2º A sede da Companhia está localizada na Cidade de Ulianópolis/PA, no Km 1565 da Rodovia BR 10, Bairro Interior, CEP 68.632-000, podendo a Diretoria estabelecer, onde convier, agências, filiais, sucursais e representações. (iii) O artigo 5º do Estatuto Social foi renumerado e alterado para especificar e incluir atividades no objeto social da Companhia. Dessa forma, passa a vigorar como Artigo 3º e com a seguinte redação: Artigo 3º A Companhia tem por objetivo social: a) A exploração, produção, comercialização, industrialização e exportação dos produtos resultantes de atividades agrícolas, pecuárias e pastoris; b) A comercialização e industrialização de cana-de-açúcar para produção de álcool, açúcar, seus derivados e conexos (levedura, bagaços e outros); c) A compra, venda, importação, exportação, distribuição e consignação de produtos industrializados; d) A produção e comercialização no mercado atacadista em todo território nacional de produtos alimentícios em geral, entre eles, açúcar, gelatina, achocolatado, pó para preparo de sucos; e) A fabricação e comercialização de biodiesel e biogás; f) A fabricação e comercialização de glicerina; g) A fabricação e comercialização de artefatos de fibra de vidro; h) A produção e comercialização de farelo de soja; i) A prestação de serviços de adaptação, correção e preparo de solo, plantios, tratamentos culturais, colheitas, armazenamento e confinamento de animais; j) A participação em outras sociedades, como sócia ou acionistas, em negócios ou empreendimentos de qualquer natureza; k) A dedicação ao ramo de agricultura em geral, com a produção de soja, milho e outros grãos; e l) A geração e comercialização de energia elétrica." (iv) O artigo 4º do Estatuto Social foi alterado para versar sobre o prazo de duração da Companhia e passa a vigorar com a seguinte redação: Artigo 4º O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado." (v) O artigo 5º do Estatuto Social foi alterado para versar sobre o capital social da Companhia, a qual deixará de ter capital autorizado, bem como as ações ordinárias nominativas emitidas pela Companhia deixarão de ter valor nominal. Nesses termos, o artigo em questão passa a vigorar com a seguinte redação: Capítulo II - Do Capital Social e das Ações: Artigo 5º O Capital Social é de R\$ 30.195.090,82, dividido em 1.262.864.526 ações, sendo 538.873.990 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 723.990.536 ações preferenciais nominativas e com valor nominal de R\$ 0,2391, divididas nas seguintes classes: §1º 13.632.018 ações preferenciais nominativas Classe A, as quais conferem aos seus portadores, (i) prioridade na distribuição de dividendos f xos, não cumulativos, de 6% ao ano sobre o valor nominal; e (ii) prioridade no reembolso do capital, no caso de dissolução da Companhia. Essas ações serão subscritas com recursos provenientes das leis nº 5.173/66 e nº 5.374/67 e Decreto-lei nº 756/69 e deverão ser obrigatoriamente nominativas, sem direito a voto e intransferíveis pelo prazo de 5 anos, contados da data de sua subscrição. §2º 1.820.918 ações preferenciais nominativas Classe B, oriundas do Decreto-lei nº 1.376/74, artigo 1º, §único, que conferem aos seus portadores, (i) dividendos mínimos, não

cumulativos, de 6% ao ano; e (ii) prioridade no reembolso do capital, no caso de dissolução da Companhia. Essas ações serão subscritas com recursos oriundos do Decreto-lei nº 1.376/74, sem utilização dos benefícios do artigo 18, serão nominativas e intransferíveis pelo prazo de 4 anos, conforme determina o artigo 19 da referida lei e não terão direito a voto. §3º 708.537.600 ações preferenciais nominativas Classe C, as quais conferem aos seus portadores participação integral nos resultados nos termos do estabelecido no artigo 8º, §s 2º e 5º do Decreto-lei nº 1.376/74. Essas ações serão subscritas com recursos oriundos do Decreto-lei nº 1.376/74, utilizando-se os benefícios de seu artigo 18 serão nominativas e intransferíveis pelo prazo de 4 anos, conforme determina o artigo 19 da referida lei e não terão direito a voto. §4º As ações preferenciais Classe B e Classe C poderão ser convertidas em ações ordinárias nominativas. §5º As ações preferenciais são destinadas à subscrição com a aplicação de incentivos fiscais, nos termos da legislação relativa à área "SUDAM" e ao Imposto de Renda, com recursos provenientes das leis nº 5.173/66, 5.374/67 e Decretos-lei nº 756/69 e 1.376/74. §6º Cada ação corresponderá a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, sendo cada ação considerada indivisível perante a Companhia, que não lhe reconhecerá com mais de um proprietário. §7º Em caso de aumento do capital social, os Acionistas detentores de ações ordinárias, na forma da lei, terão preferência para a subscrição de novas ações, na proporção do número de ações que possuírem. §8º O direito de preferência à subscrição de novas ações deve ser exercido no prazo fixado pela Assembleia Geral, o qual não pode ser inferior a 30 dias a partir da primeira publicação no Diário Oficial do Estado do respectivo Aviso aos Acionistas. §9º As ações representativas do capital social somente poderão ser cedidas e/ou transferidas a terceiros após terem sido oferecidas à própria Companhia e, posteriormente, aos outros acionistas, os quais terão o direito de preferência na aquisição das referidas ações, pelo prazo, no caso da Companhia, de 15 dias contados do recebimento do aviso por escrito do acionista disposto a ceder e/ou transferir suas ações e, no caso dos demais acionistas, pelo prazo de 60 contados do término do prazo para que a Companhia exerça sua opção. Decorridos estes prazos sem o exercício do direito de preferência acima, o acionista disposto a ceder e/ou transferir suas ações poderá fazê-lo a terceiros, desde que nos mesmos termos e nas mesmas condições oferecidas aos outros acionistas e no prazo de 45 dias, sob pena de os procedimentos de oferta prévia à Companhia e aos outros acionistas serem feitos novamente. §10º As disposições deste capítulo aplicam-se a todas as ações da Companhia e a quaisquer outros valores mobiliários conversíveis em ações, bônus de subscrição, direitos à subscrição de novas ações ou debêntures conversíveis em ações que os acionistas possuem ou venham a possuir, a qualquer título, em qualquer tempo. (v.1) Consignaram que nos termos do artigo 7º do Estatuto Social, o Conselho de Administração nunca se manifestou sobre a emissão de ações escriturais pela Companhia. (vi) Os artigos 6º ao 8º do Estatuto Social da Companhia foram alterados, para versar sobre a Assembleia Geral, respectivas forma de convocação e competência, bem como redução do quórum de deliberação, respeitados os limites legais. Os artigos em referência passam a vigorar da seguinte forma: Capítulo III - Assembleias Gerais: Artigo 6º A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao ano, dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que assim exigir o interesse social. Artigo 7º A Assembleia Geral será convocada por qualquer acionista, membro do Conselho de Administração, e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, o qual designará, dentre os presentes, um secretário. §1º A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 75% do capital social votante da Companhia, e, em segunda convocação, com a presença de acionistas representando pelo menos a maioria do capital social votante da Companhia. §2º Por meio de uma solicitação enviada por escrito por qualquer acionista para o Conselho de Administração e para todos os demais acionistas com, no mínimo, 02 dias de antecedência da data agendada para realização da referida Assembleia Geral e, na forma permitida pela lei aplicável, qualquer Assembleia Geral pode ser realizada por teleconferência ou videoconferência. Nestes casos, os acionistas devem expressar seus votos por escrito e devem enviar uma cópia do voto por fax ou e-mail para o Presidente e Secretário da Assembleia Geral, com cópia para os demais acionistas participantes. O Secretário da Assembleia Geral deverá indicar na respectiva ata que um ou mais acionistas, conforme o caso, exerceram seus votos por escrito e deve anexá-los a respectiva ata da Assembleia Geral, registrada no Livro de Registro de Atas da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia. Artigo 8º Ressalvados os impedimentos legais, a instalação e as deliberações das Assembleias Gerais da